

## **Notas sobre o comércio doméstico de escravos: Araras, 1870-1879.**

**Gabriel Almeida Antunes Rossini**  
Professor do Departamento de Economia da PUC-SP  
E-mail: gaarossini@gmail.com

### **RESUMO:**

Este artigo aborda elementos do tráfico interno de escravos ao longo da década de 1870. Realizamos esta pesquisa por meio da análise de 100 Escrituras que registraram a compra-venda de 298 escravos, em Araras, município pertencente a Zona da Baixa Paulista. A partir das informações coletadas nestes códices, realizamos apreciações econômicas e demográficas do conjunto de pessoas cujo tráfico foi registrado no município que temos em apreço.

### **ABSTRACT:**

This article discusses elements of the domestic slave trade throughout the 1870s. We conducted this research through the analysis of 100 deeds that recorded the purchase-sale of 298 slaves in Araras, municipality belonging to the Zona da Baixa Paulista. From information collected in these manuscripts we could assess the economic and demographic group of people whose trafficking was registered in that city.

## 1. INTRODUÇÃO

Este texto se propõe a discutir aspectos concernentes ao tráfico interno de escravos. Mais especificamente, buscamos investigar a dinâmica deste comércio para os escravos jovens (de 15 a 29 anos), por meio da análise de 100 Escrituras preservadas pelo 1º Cartório de Notas e Protestos de Araras, que registraram a compra e a venda de 298 escravos, ao longo da década de 1870<sup>1</sup>.

O município de Araras foi, juntamente com Rio Claro, e posteriormente, São Carlos e Araraquara, uma das mais importantes áreas concentradoras de escravos e da produção cafeeira da Zona da Baixa Paulista, sendo, por conseguinte, uma região privilegiada para nossa análise.

Os principais objetivos aqui almejados se constituem na construção de diferentes apreciações econômicas e demográficas acerca dos indivíduos que sofreram o fado das diferentes modalidades deste comércio – nos referimos a três tipos de tráfico distintos, quais sejam: o Local, que se caracterizou pelo fato de o vendedor e o comprador residirem na mesma cidade onde a Escritura de averbação do negócio foi elaborada e arquivada; o Intraprovincial: vendedor e/ou o comprador residiam em diferentes localidades da província de São Paulo e o Interprovincial: as partes envolvidas moravam em distintas províncias do império.

Dentre as apreciações que esta investigação almeja, destacamos as seguintes: (i) Número de escravos transacionados segundo sexo e ano de registro da escritura; (ii) N. de escravos jovens (15-29 anos) vendidos em Araras; (iii) Preços médios nominais , em Contos de Réis, dos escravos adultos jovens vendidos em Araras; (iv) Preços médios nominais dos escravos jovens de acordo com a cor da pele indicada na Escritura; (v) Escravos jovens negociados segundo sexo e tipo de tráfico; (vi) Entradas e saídas de escravos jovens de Araras segundo sexo; (vii) Tráfico interprovincial de escravos jovens: nordeste, sul , MG e RJ para a província de São Paulo e Município de Araras; (viii) Escravos negociados em Araras segundo tipo de tráfico, sexo e preço nominal médio.

Este é um texto preliminar resultante de pesquisa mais ampla, ainda em andamento, sobre a região da Baixa Paulista. Deste modo, seus resultados são parciais e assim devem ser observados. Tendo isso em vista, os aspectos granjeados e que gostaríamos de compartilhar acham-se agrupados em quatro seções, além desta introdução. Na primeira, procuramos evidenciar, em grandes traços, a marcha leste-oeste dos cafezais; na segunda, discutem-se aspectos da literatura sobre o tema. Na terceira, expomos os dados decorrentes dos códices lavrados no primeiro Cartório de Notas e Protestos de Araras, cujos arquivos fizemos ampla varredura. Já a seção final traz alguns resultados decorrentes dos dados e discussões precedentes.

---

<sup>1</sup> Além das Escrituras de Compra e Venda de Escravos, lemos e utilizamos, quando julgamos apropriado, os Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publica apresentados à Assembleia Geral Legislativa que perpassam o intervalo 1861-1879.

## 2.

### 2.1 Expansão da fronteira do café

A produção de café no Brasil se firma nos anos trinta do século XIX. Após um período mais ou menos curto, este gênero, passa a ocupar lugar de destaque no âmbito da “indústria agrícola” brasileira, “fonte principal e opulentíssima da riqueza publica e privada no Imperio”<sup>2</sup> que “põe, em grande parte, na lavra da terra a segurança de sua fortuna e dos grandiosos destinos a que pode aspirar”<sup>3</sup>.

O Visconde de Mont’alegre, Ministro e Secretário dos Negócios do Império, assim descreveu, em 1852, a situação da agricultura em geral e a do café em particular: “a agricultura continua a lutar com a dificuldade dos meios de transporte, com a falta de braços, e com a de instrumentos e machinas que os suppra; conserva-se pois estacionária, ou pelo menos é tão lento o seu progresso que mal se percebe”. Com relação ao café: “desta regra só são excetuadas algumas antigas produções do paiz, aliais mui importantes, como é, por exemplo, o café, que visivelmente prospera”<sup>4</sup>. Por sua vez, no relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura Commercio e Obras Publicas, de 1862, o café aparece como “um dos nossos mais importantes ramos da industria agricola”<sup>5</sup>. Já no ano imediatamente subsequente, as considerações presentes no balanço desta mesma Repartição, apontam que a rubiácea tornou-se “o mais importante ramo da nossa lavoura”<sup>6</sup>.

Por conseguinte, já a partir dos anos sessenta do oitocentos, e sobretudo, com a expansão dos cafeeiros observada em fins da década de 1870, quando a produção média ultrapassou os 5 milhões de sacas por ano, o café se tornou o centro da modernização capitalista no Brasil.<sup>7</sup> A partir daí, “a fisionomia da sociedade nacional passou a ser determinada pela preponderância da cafeicultura”<sup>8</sup>.

Inicialmente, “a civilização do café” se estendeu pelo vale do Paraíba fluminense e paulista, assim sendo, ocupou a porção ocidental da província do Rio de Janeiro e, em seguida, o chamado norte paulista, extensão da área cafeeira fluminense e economicamente mais dependente da Corte do que da capital paulista. A antiga facilidade de obter escravos e a contínua possibilidade de arranjar terras montou e multiplicou os grandes estabelecimentos rurais.

Continuando a sua marcha ascendente, fundada na incorporação de amplos espaços, terras públicas ou não, houve expansão dos cafezais na província de Minas Gerais (zona da mata e sul do

---

<sup>2</sup> Brasil. *Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publica apresentado à Assembleia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro, 1874. Pág. 9.

<sup>3</sup> Idem. 1875. Pág. 10.

<sup>4</sup> Brasil, *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, pelo Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios do Império*, Visconde de Mont’alegre. Rio de Janeiro: Typografia nacional, 1852. Pág. 13.

<sup>5</sup> Idem. 1862. Pág. 4.

<sup>6</sup> Idem. 1863. Pág. 5.

<sup>7</sup> Cf. Silva, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, pág. 43. Brasil, *Estatísticas históricas do Brasil: series econômicas, demográficas e sociais*. IBGE, 1990. Pág. 350.

<sup>8</sup> Ianni, Octavio. O progresso econômico e o trabalho livre. In. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tombo II, Livro 5. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Estado) e Espírito Santo, ao mesmo tempo em que a produção se consolidou no interior de São Paulo. Nos anos iniciais da década de 1860, os cafezais avançaram pela Mantiqueira paulista (Mococa, Pardo, Atibaia e Bragança Paulista) e estabeleceram contato com os arbustos que vinham do sul de Minas Gerais.<sup>9</sup> A partir dos dados colhidos nos recenseamentos oficiais de 1836 e 1920, nos relatórios provinciais de 1854 e 1886 e no Boletim da Secretaria de Agricultura de 1935, Sérgio Milliet desenha o caminho percorrido pelo café em São Paulo, de tal forma a “idear um mapa geral, suscetível de mostrar num golpe de vista o esquema da ordem cronológica da invasão do café”<sup>10</sup>. A partir do seu mapa, que reproduzimos abaixo, Milliet conclui que o roteiro do café foi pautado por dois aspectos peremptórios: evitar o clima desfavorável abaixo da linha do trópico e buscar, ininterruptamente, as grandes florestas de terra virgem. O oeste de São Paulo, segundo o autor, foi “o ponto cardeal do agricultor, o horizonte para o qual ele se dirige e que recua sempre e sempre até perder-se no norte do Paraná”<sup>11</sup>.



Com o espraiamento dos “pioneiros e plantadores de São Paulo” para Itu, Campinas e as áreas mais a oeste<sup>12</sup>, o território paulista passou a vivenciar novos tempos. Nestas áreas o cafeeiro foi introduzido, em parte, para substituir a produção marginal de açúcar que aí se processava<sup>13</sup>.

Acompanhando o alargamento dos cafezais, às vezes a sua frente, às vezes seguindo o seu rastro, estendiam-se as ferrovias que possibilitavam à locomotiva, fazer o papel “da mensageira diletta da civilização moderna invadindo os sertões; eliminando para o esforço do agricultor laborioso e perseverante, as distâncias; abrindo próspero mercado ao fructo do trabalho até ontem

<sup>9</sup> Cf. Prado Junior, Caio. *História Econômica do Brasil*. (São Paulo: Editora Brasiliense, 2006); Costa, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. (São Paulo: Unesp, 1998); Furtado. *Formação econômica do Brasil*. (São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1972), 113.

<sup>10</sup> Milliet, S. *Roteiro do Café*. São Paulo: Hucitec, 1939. Pág. 19.

<sup>11</sup> Idem. Pág. 19.

<sup>12</sup> Esta região do interior paulista não corresponde propriamente ao oeste geográfico. Na verdade ela compreende as áreas que foram cortadas pela linha férrea da Companhia Paulista e pela Estrada de Ferro Mojiana. Assim sendo, por um lado, corresponde a área que vai de Campinas a Araraquara e Catanduva, passando por Rio Claro e São Carlos e, por outro, a zona que se estende de Campinas a Ribeirão Preto, passando por Pirassununga e Casa Branca.

<sup>13</sup> Cf. CANABRAVA, Alice P., “Esboço da história econômica de São Paulo”. In: BRUNO, Ernani Silva (org.), *São Paulo Terra e Povo*. Porto Alegre: Globo, 1967. Ver também: PETRONE, Maria Thereza Schorer, *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

quase inútil e dando alento aos ousados que se adiantam nas ásperas brenhas e remotos baldios”<sup>14</sup>. Quando as ferrovias ficavam aquém do progresso dos cafeeiros, além dos “ruinosos efeitos ocasionados pelas dificuldades das comunicações”, várias áreas ficavam ‘desocupadas’, “e, portanto, sem valor, os thesouros escondidos no seio da terra, a riqueza das florestas imensas, a fertilidade sem par do solo”. (...) “A consequência é ver-se a agricultura reduzida a uma estrita zona”. Daí em diante, as plantações limitam-se “ao estritamente necessário para o consumo local”<sup>15</sup>.

Sem dúvida, a expansão agrícola de São Paulo, a partir do início da segunda metade do século XIX, foi um dos mais expressivos acontecimentos da história econômica do Brasil. O espaço geográfico “que se abre em leque desde Campinas para o Noroeste, alcançando Rio Claro e se estendendo até Bauru e Ribeirão Preto”<sup>16</sup>, que fora um território relativamente marginalizado, com escassas vias de comunicação adequadas e com parca população economicamente ativa ganhou novos contornos e características, transformou-se no centro dinâmico da economia brasileira.<sup>17</sup>

\*

Assim sendo, avisamos em terras paulistas, na segunda metade do oitocentos, o ajustamento de um complexo mosaico de acontecimentos, muitos dos quais já largamente tratados, em diferentes momentos, por autores de diferentes matizes. Vários destes trabalhos deixaram às claras a amplidão das mudanças sucedidas, permitindo, hoje, boas informações sobre o cenário resultante da expansão leste-oeste dos cafeeiros no sudeste do país. Na esfera da abundância de elementos que perpassam o mote café e sua expansão, o tema do comércio interno de cativos, pós-1850, constitui aspecto essencial e ainda, acreditamos, insuficientemente estudado. O presente trabalho se inscreve nesta linha de investigação. Objetivamos discutir algumas características relativas a uma das vertentes mais dramáticas da escravidão: a compra e venda de seres humanos no mercado interno. Para tanto, discutiremos aspectos relativos às diferentes modalidades do tráfico doméstico de escravos.

É manifesto que várias ocorrências interferem no cálculo econômico da empresa escravista brasileira, durante o século XIX. As condições de demanda e oferta dos gêneros oriundos das *plantations*, a disponibilidade de crédito, a dinâmica da taxa de juros etc. eram variáveis observadas pelos fazendeiros no processo de reprodução de seu negócio. Contudo, era com relação a mão-de-obra, que se definiam as possibilidades e os limites da reprodução do empreendimento escravista. Assim sendo, temos como elemento central de nossa discussão, as dificuldades oriundas da inelasticidade da mão-de-obra – “problema nacional básico”<sup>18</sup> – e, a sua paulatina superação<sup>19</sup>.

---

<sup>14</sup> Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publica apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro, 1974. Pág. 9.

<sup>15</sup> Idem. 1970. Pág. 5-6.

<sup>16</sup> Warren Dean, *Rio Claro, um sistema de grande lavoura: 1820-1920*. (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977), 13.

<sup>17</sup> Cf. Joseph Love. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)*. (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982). Ao longo dos anos, a produção de café do Estado do Rio ficaria em posição cada vez mais secundária, sendo ultrapassado por Minas, em 1896 e pelo Espírito Santo, em 1928. Roberto Simonsen. *Aspectos da História Econômica do café. Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. (São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1973), 190.

<sup>18</sup> Ver Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. (São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1972), 117-142.

Estas dificuldades, como é notório, foram ocasionadas, em grande medida, por fatores que contribuíram para minar a base demográfica e econômica da escravidão, tais como: a mudança do equilíbrio econômico regional resultante do conjunto de aspectos que permitiram a marcha ascendente da rubiácea nas terras para lá de Campinas, a impossibilidade da continuação do tráfico atlântico de escravos, em virtude da enérgica perseguição inglesa aos “nautas de todas as plagas”<sup>20</sup>, intensificada em 1849 e 1851<sup>21</sup>, a alta taxa de mortalidade dos escravos, a abolição gradual do escravismo conformada pelas promulgações de 1850, 1871, 1885 e 1888<sup>22</sup>, e as alforrias.

## 2.2 Notas acerca do tráfico interno de escravos

A escravidão negra foi a configuração predominante do trabalho durante a maior parte da história da América Portuguesa e, posteriormente, do Brasil Império. O Brasil foi o maior importador de africanos dentre os países do Novo Mundo. Recebeu quase 40% dos 9,6 milhões de africanos traficados para as Américas. Durante praticamente toda a história do Brasil colônia (1500-1822), a população escrava superou a livre. Por volta de 1750, os escravos representavam mais de 60% da população total do país, porcentagem que caiu para 50%, em 1800. Ao longo destes quase quatrocentos anos, os cativos de fato foram os braços e as pernas dos seus senhores: nos séculos XVI e XVII, estavam à frente dos engenhos no nordeste, no XVIII, ocupavam-se das lavras mineiras e goianas, e no XIX até a abolição – embora os escravos perdessem relevância como proporção da população total (em 1872 havia 1.510.806 escravos e 8.419.672 livres no país)<sup>23</sup> –, a escravidão prosseguia tônica no âmbito do principal cultivo organizada pelos fazendeiros fluminenses, paulistas, mineiros e capixabas.

A enorme absorção de escravos negros pelo Brasil foi resultante da grande capacidade de o país adaptar-se reiteradamente a uma série de modificações relevantes ocorridas no campo socioeconômico. Esta plasticidade, talvez tenha procedido, sobejamente, de sua boa absorção das mudanças sociais e das condições econômicas regionais e, também, do fato de a escravidão não ser

---

<sup>19</sup> A falta de trabalhadores foi muitas vezes comentada e exagerada em diversos relatórios e documentos oficiais. Dentre estes, selecionamos uma passagem pertencente ao Relatório apresentado, em 1874, a Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da décima quinta legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, José Fernandes da Costa Pereira Junior. “Pelo que respeita ao aumento de braços laboriosos, força é confessar que, se alguma cousa se tem conseguido por meio da catechese e da colonização, muito pouco é para os sacrifícios que nos tem custado, e está longe de satisfazer, não direi já as necessidades do futuro, senão as da própria actualidade.”

<sup>20</sup> Alves, Castro. O Navio Negroiro.

<sup>21</sup> Cf. Abaeté, Antônio Paulino Limpo de Abreu - Visconde de, *Protesto contra o acto do Parlamento britânico, que sujeitou os navios brasileiros que fizerem o trafico de escravos ao Tribunal do Almirantado e a qualquer Tribunal de Vice-Almirantado dentro dos domínios de Sua Magestade Britannica*. (Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de Villeneuve, 1845). Ver também: Stanley J. Stein. *Vassouras: Um município brasileiro do café, 1850-1900*. (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990).

<sup>22</sup> Temos respectivamente: a interrupção do tráfico transatlântico, a Lei do Ventre Livre, a Lei do Sexagenário e a abolição.

<sup>23</sup> Mello, P. C. de & Slenes, R. W. Análise econômica da escravidão no Brasil. In. Neuhaus, P. *Economia Brasileira uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. Pág. 91-92

intrinsecamente menos racional do que o trabalho livre<sup>24</sup>. Estes aspectos permitiram que esta instituição resistisse mais tempo aqui do que em qualquer outra região ocidental.

Quiçá uma das mudanças mais significativas enfrentadas por este regime foi a cessação do comércio transatlântico de escravos. Uma vez, tendo o governo brasileiro, por estar acossado pelos ingleses, suprimido, no início da década de 1850, o vai e vem dos tumbeiros que singravam o Atlântico, os escravistas brasileiros passaram a disputar somente os cativos disponíveis nas várias regiões do território nacional. Ainda neste intuíto, vale notarmos que este fato, dentre outros, fez contrastar o caminho adotado no Brasil e nos EUA para atenuar os respectivos problemas de inelasticidade de mão-de-obra. Enquanto a proibição da entrada de novos escravos incentivou os proprietários estadunidenses a limitarem a miscigenação e estimularem a reprodução entre os escravos, o que implicava possibilitar uma condição de vida um pouco menos rude para os cativos, os fazendeiros brasileiros recorreram a esta prática de forma mais diminuta<sup>25</sup>. A recorrente miscigenação, sem dúvida, teve a sua relevância, tal como podemos parcialmente vislumbrar por meio do crescente número de alforrias<sup>26</sup>, mesmo tendo em vista que a miscigenação, muitas vezes não acarretava a liberdade, tal como podemos vislumbrar no recenciamento de 1872 – onde consta que mais de um quarto dos escravos eram “mistos” – e também, nos diversos processos que muitas mães escravas, auxiliadas por advogados abolicionistas, perpetraram procurando a sua própria liberdade ou a dos seus filhos tidos com o senhor. Movimento, vale mencionar, que originou, em parte, no âmbito do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, as discussões travadas, principalmente, por Perdigão Malheiros e Caetano Soares, acerca de considerar de *status liber* a pessoa escravizada pelo próprio pai ou por outro parente<sup>27</sup>.

Estas ocorrências, aliadas, por um lado, com a postura em geral adotada pelos fazendeiros brasileiros das áreas prosperas, vinculadas às culturas de exportação, de não se furtarem de extrair dos cativos a maior massa possível de trabalho no menor tempo crível, submetendo assim os escravos a uma faina esgotante – por mais que tenham ocorrido mudanças no cálculo econômico

---

<sup>24</sup> As proposições que afirmam que a escravidão era menos racional do que o trabalho livre se fundam, sobretudo, nos problemas decorrentes do alto investimento necessário para adquirir um escravo. Esta compra de nova capacidade produtiva acarreta, segundo este ponto de vista, três problemas econômicos centrais, quais sejam: Primeiro, o proprietário perde flexibilidade face às mudanças conjunturais. Segundo, a possibilidade de morte prematura do escravo, aumenta o risco suportado pelo empregador. Terceiro, elevam-se os custos de trabalho em virtude da necessária manutenção, ao longo do ano, dos escravos adquiridos. A discussão que afirma que a Dentre outros, Mello e Slenes refutam estes argumentos em Idem. págs. 93 e 94. Para os argumentos que atribuem menor racionalidade a escravidão ver, por exemplo, Ianni, O. Op. Cit. Págs. 356 e seguintes.

<sup>25</sup> Outros contrastes entre Brasil e EUA: (i) enquanto, nos EUA, a escravidão era regional e a imigração tinha caráter nacional, no Brasil, a escravidão tinha caráter nacional e a imigração concentrava-se em São Paulo; (ii) a escravatura brasileira teve um relevante componente urbano, especialmente no início do século XIX. Isso foi decorrente dos problemas enfrentados pelos setores exportadores em fins do XVIII e pela ausência de mão-de-obra alternativa; (iii) por fim, as alforrias foram muito menos números nos EUA do que no Brasil. Merrick, Thomas & Graham, Douglas. População e desenvolvimento no Brasil: uma perspectiva histórica. In. Neuhaus, P. *Economia Brasileira uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. Pág. 51

<sup>26</sup> Segundo Schawrtz, o favoritismo que se demonstrava pelos mulatos, especialmente entre as crianças alforriadas, foi resultante do fato de que “a cor era um importante aspecto da formação dos sentimentos de paternidade dos senhores”. Schawrtz, Stuard, B. *Sugar plantations in the formation of brazilian society. Bahia, 1550-1835*. Cambridge, England, Cambridge University Press, 1985.

<sup>27</sup> Cf. Pena, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: Jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Unicamp, 2001

dos senhores, por estarem privados do anterior fluxo contínuo de braços<sup>28</sup> – e, por outro, com o baixo grau de crescimento da população escrava<sup>29</sup> e com as alforrias, contribuíram significativamente para a acentuada redução dos braços escravos disponíveis.

As manumissões foram fator importante para a diminuição da população cativa brasileira, sobretudo, durante o século XIX. Em 1800, os indivíduos negros representavam 12% do total da população livre e, em 1872, 45% (com a participação escrava declinando de 48 para 15%)<sup>30</sup>. Tal como lemos no Relatório do Ministério da Agricultura de 1877, “a grande obra da gradual extinção do estado servil, encontrou curso eficaz nos generosos sentimentos de nossa população. São raras as disposições de última vontade em que se não concedem libertações. Os bons serviços dos escravos são o mais das vezes recompensados pelos seus senhores”<sup>31</sup>. Na verdade, para além destes supostos “generosos sentimentos”, que atrelavam as manumissões aos bons serviços e do fato dos escravos serem tratados como uma forma peculiar de propriedade em que razões de ordem emocional influenciaram as decisões de ordem econômica, as emancipadas serviam aos senhores para livrarem-se de escravos imprestáveis, estimular a fidelidade de certo tipo de escravos, a exemplo dos domésticos, diante dos quais os senhores eram mais vulneráveis e, por fim, constituir uma fonte de renda suplementar derivada do pecúlio dos escravos. Segundo Gorender, o padrão das alforrias no Brasil pode ser sintetizado nas seguintes características: a) maioria de alforrias onerosas e gratuitas condicionais; b) proporção relevante de alforrias gratuitas incondicionais; c) maior incidência das alforrias na escravidão urbana do que na escravidão rural; d) alforrias mais frequentes nas fases de depressão e menos frequentes nas fases de prosperidade; e) maioria de mulheres entre os alforriados, embora elas fossem minoria entre os escravos; f) elevado percentual de domésticos entre os alforriados; g) maior incidência proporcional de alforrias entre os pardos do que entre os pretos; h) elevado percentual de velhos e inválidos em geral entre os alforriados<sup>32</sup>. Finalmente, vale notarmos que a prática da alforria, em decorrência da crescente hostilidade contra a escravidão, mudou substancialmente durante os últimos 25 anos deste regime. Assim sendo, o volume das manumissões refletiam a correlação de forças na sociedade sobre a questão da legitimidade da escravidão. “Na medida em que grupos de pessoas hostis à escravidão exerceram fortes pressões e

---

<sup>28</sup> Mello, P. C. de. *A escravidão nas fazendas de café: 1850-1888*. Rio de Janeiro, PNPE, 1984, Vol 1. Pág. 104.

<sup>29</sup> Cf. Eisenberg, Peter L. *Modernização sem Mudança - A Indústria Açucareira em Pernambuco 1840-1910*. São Paulo: Paz e Terra, 1977. Merrick, Thomas & Graham, Douglas. Op. Cit.

<sup>30</sup> Merrick, Thomas & Graham, Douglas. Op. Cit. Pág. 51

<sup>31</sup> Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publica apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro, 1977. Pág.13.

<sup>32</sup> Gorender, Op. Cit., 352-355. Futuramente, pretendemos examinar algumas destas conclusões, confrontando-as com dados que temos coletados para a Zona da Baixa Paulista. Nesta ocasião, trabalharemos com a hipótese – já postulada anteriormente por Peter L. Eisenberg – de que muitas das características do alforriado variavam, no tempo e no espaço, segundo determinações históricas específicas. Acreditamos ser mais proveitoso discutir as manumissões a partir das especificidades atribuídas pelos recortes temporal e espacial do que adotar um padrão que perpassa toda a América Portuguesa e, posteriormente, Brasil.



minaram o poder de outros grupos que ainda sonharam em preservar e prolongar a vida da escravidão, as alforrias aumentaram em frequência”<sup>33</sup>.

Por sua vez, o abreviado êxito reprodutivo da população escrava brasileira – mesmo com a criação de estratégias que buscavam permitir melhores índices de reprodução interna<sup>34</sup> – em parte, derivava da dinâmica da vida em cativeiro<sup>35</sup>. Mesmo tendo em vista que as relações sexuais e matrimoniais entre os cativos dificilmente eram submetidas ao crivo legal e/ou religioso, é de se esperar que esta dinâmica tenha influenciado negativamente a formação da família escrava<sup>36</sup>, mesmo quando, contrariando o censo de 1872, admitamos que a família escrava se caracterizava pelo pai ausente, devido às pressões do cativeiro, ou seja, se agregamos às famílias escravas as mães solteiras<sup>37</sup>. Ainda com relação a este aspecto, Warren Dean em sua pesquisa sobre Rio Claro, apurou que a proporção de crianças sobreviventes em relação às mulheres em idade fértil era mais do que três vezes maior para as mulheres livres do que para as escravas, apesar dos “favores” das cativas serem solicitados mais frequentemente<sup>38</sup>. Talvez a menor fecundidade registrada entre as escravas, seja resultante de a escrava ter sido um agente de reprodução da própria escravidão. O princípio legal de *partus sequitur ventrem* afirmava que a condição legal do filho decorria da condição legal da mãe<sup>39</sup>. Por isso mesmo, os casais de escravos procuraram evitar o que ambos deveriam considerar uma desgraça, a concepção de um filho escravo. Pela mesma razão, provavelmente, praticavam o coito interrompido e o infanticídio, conclui Dean<sup>40</sup>.

O cenário conformado pela cessação do tráfico atlântico e pelos acontecimentos já indicados propiciou importante decréscimo da população escrava. Deste modo, enquanto em 1850 havia, aproximadamente, 2.500.000 escravos no Brasil<sup>41</sup>, em 1870, de acordo com o recenseamento geral do Império realizado na primeira metade desta década, o contingente de cativos era de 1.555.000, número que caiu para cerca de 700.000, por volta de 1887. Contudo, tal como lemos no relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1866, “a diminuição dos únicos braços

---

<sup>33</sup> Eisember, P. L. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In. *Estudo econômicos*. 17(2). Maio/ago. 1987. Pág. 179.

<sup>34</sup> Klein, H. S. The internal slave trade in 19<sup>th</sup> century Brazil. In. *The middle passage. Comparative studies in the Atlantic slave trade*. Princeton: Princeton University Press. 1978, Págs. 95-96.

<sup>35</sup> Cf. Costa, E. V. C. Op. Cit. pág. 258.

<sup>36</sup> Cf. Slenes, Robert, *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*. Stanford University, PHD Dissertation, 1976; Merrick, Thomas & Graham, Douglas. População e desenvolvimento no Brasil: uma perspectiva histórica. In. Neuhaus, P. (org.) *Economia Brasileira uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

<sup>37</sup> Fragoso e Florentino, discutem a importância e a estabilidade da família escrava no texto: "Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). In. *Estudos Econômicos*. 17(2): 151-173. Maio/Ago. 1987.

<sup>38</sup> Segundo Karasch, as escravas, “frequentemente serviam como empregadas domésticas, prostitutas, e amantes (...) as escravas facilmente se tornavam amantes dos homens brancos”. Karasch, M. C. citada por Eisenberg, P. L. Op. Cit. 182.

<sup>39</sup> Eisenberg, P. L. Op. Cit. 183.

<sup>40</sup> Dean, p. 72-74

<sup>41</sup> Vale notarmos que, já presentindo o fim do tráfico, os negreiros estabelecidos no Brasil tomaram a precaução de introduzir no país, somente no quadriênio 1846-1849, 220 mil africanos. Repetiam a prática da intensificação da atividade dos navios tumbeiros em 1827-1830, às vésperas da aprovação da lei que pôs o tráfico africano na ilegalidade total, em 1831. Cf. Bethell, L. *A Abolição do comércio brasileiro de escravos : a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos 1807-1869*. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. P. 70-75.

que se empregavam na lavoura não se tem feito sentir na produção” (...) “os dados estatísticos provam uma progressão constantemente ascendente em seus valores, parece-me innegável não só que melhoram-se e aperfeiçoam-se os processos agrícolas, como que a lavoura vai por si dando solução ao problema social que nos aterra”. (...) “É natural que altere-se nosso methodo de cultura, nossos hábitos agrícolas, prestando-nos então mais obediência ao grande principio econômico da divisão do trabalho”<sup>42</sup>. “Este fato de grande alcance econômico deve – de acordo com o Relatório deste mesmo Ministério para o ano de 1867 – provar aos mais incrédulos, que o trabalho escravo exclue, por assim dizer, o trabalho livre e a medida que um desaparece o outro, melhor apreciado e remunerado, encontra condições favoráveis para se desenvolver”<sup>43</sup>.

Ponderam os autores do Relatório de 1866 que “talvez a deslocação dos braços servis do trabalho doméstico para os “ruraes, que a remessa de escravos do norte para o sul [tal como podemos vislumbrar na tabela a seguir], tem trazido para os grandes centros de produção cafeeira o suprimento preciso de braços, e assim compensado, com aumento deste valioso gênero de exportação [café], a diminuição ou abandono de outros artigos de cultura”<sup>44</sup>.

Região	Ano -->		1819	1823	1872	1882	1887
Sudeste	<b>Total Sudeste</b>		<b>37,25</b>	<b>38,92</b>	<b>58,99</b>	<b>58,17</b>	<b>74,48</b>
	Províncias	Minas Gerais	15,22	18,74	24,52	22,09	30
		Rio de Janeiro e Corte	13,19	13,12	22,6	24,11	25,47
		São Paulo	7,01	1,83	10,37	10,33	16,91
		Espirito Santo	1,83	5,23	1,5	1,64	2,1
Nordeste <sup>1</sup>	<b>Total Nordeste</b>		<b>33,06</b>	<b>43,03</b>	<b>23,15</b>	<b>24,03</b>	<b>25,52</b>
	Províncias em destaque	Bahia	13,3	20,69	11,11	10,47	12,05
		Pernambuco	8,82	13,07	5,89	6,71	6,45
Norte <sup>2</sup>	<b>Total Norte</b>		<b>21,69</b>	<b>14,57</b>	<b>10,53</b>	<b>10,89</b>	-
	Províncias em destaque	Maranhão	12,04	8,47	4,96	4,76	-
		Ceara	5,01	1,74	2,11	1,55	-
Sul e sudoeste <sup>3</sup>	<b>Total Sul e sudoeste</b>		<b>8</b>	<b>3,48</b>	<b>7,33</b>	<b>7,91</b>	-
	Províncias em destaque	Rio Grande do Sul	2,55	0,65	4,49	5,44	-
		Goiás	2,42	2,09	0,71	0,55	-

<sup>1</sup> Nordeste: Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte

<sup>2</sup> Norte: Amazonas, Para, Maranhão, Piauí e Ceara

<sup>3</sup> Sul e sudoeste: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso

Fontes: F. J. Oliveira Vianna, *Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil*; e Ciro T. de Pádua, "Um capítulo da história econômica do Brasil", citados em Stein, *Vassouras...*, p.341. Os dados que resultaram nesta tabela, por nos organizada, foram originalmente ordenados por: Neves, Op. Cit. p. 113.

<sup>42</sup> Esta e as citações anteriores deste paragrafo são decorrentes do Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publica apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro, 1966. Pág. 19.

<sup>43</sup> Idem. 1868. Pág. 5.

<sup>44</sup> Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publica apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro, 1966. Pág. 19-20.

“Sem negar a realidade do facto – continua o Relatório de 1866 –, nego que tal suprimento esteja na razão da necessidade sentida, e a elevação considerável do valor do escravo servirá de prova cabal”<sup>45</sup>. (...) Mas, pergunta o mesmo Relatório, como ficaram as províncias do ‘norte’ que remeteram seus escravos para o ‘sul’? “Às causas gerais do decréscimo de braços servis ajunta-se para ellas essa outra fonte de diminuição; e por ventura a sua lavoura definha?” (...) “Ponderae nos quadros apensos a este relatório, concernentes as províncias do norte, e vereis que nellas, bem como em todo o império, o progresso é sensível”<sup>46</sup>.

Quando nos deparamos com os fragmentos que conformam esta longa citação, cabe reiterarmos e respondermos a pergunta levantada. Por quais motivos a “emigração escrava”, dinamizada pela expansão cafeeira do sudeste, não ocasionou a decadência da “indústria agrícola” do ‘norte’?

A decadência não se verificou, tal como podemos constatar nos quadros apensos a um dos Relatórios citados, pois os escravos que sofreram a sina do tráfico interprovincial não foram oriundos, sobretudo, do complexo casa-grande e senzala da zona da mata litorânea. Vale frisarmos o equívoco, muitas vezes repetido pela literatura, de que eram os senhores de engenho os vendedores de escravos para o ‘Sul’. Usualmente não foi este o caso. Os escravos ‘nortistas’ comerciados foram decorrentes de planteis com menos de 20 escravos existentes, principalmente, no âmbito da menos lucrativa produção açucareira nordestina oriunda de médias e pequenas propriedades, do sertão semiárido, onde a criação extensiva de gado era preponderante, ou da região intercessora do agreste, onde se cultivava algodão e culturas alimentares, além da criação de gado, também em propriedades relativamente pequenas<sup>47</sup>. Assim sendo, os escravos enviados para o ‘sul’ eram provenientes, principalmente, dos sertões e do agreste onde a dinâmica da produção, submetida às especificidades da pecuária e policultura, estava sujeita ao emprego da meação e trabalho familiar autônomo, além do assalariado diarista<sup>48</sup>. Portanto, os senhores de engenho, mesmo não tendo a força dos plantadores pioneiros do sudeste para competir pelos trabalhadores necessários, não venderam grande número de escravos para estes<sup>49</sup>. Na verdade, concorreram favoravelmente com outros escravistas do ‘norte’ e o mercado de escravos da zona da mata

---

<sup>45</sup> As proposições de Versiani e Vergolino contrariam esta proposição, que segundo os autores persiste na literatura com a força de um dogma. *Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX*. Série Textos para Discussão Texto n. 252, Brasília, Outubro de 2002, Pág. 2.

<sup>46</sup> Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publica apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro, 1966. Pág. 19-20.

<sup>47</sup> Esta proposição, é relevante observarmos, contraria a literatura que afirma que a região não açucareira de Pernambuco não era compatível com o trabalho escravo. Ver Andrade, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 3ed. São Paulo Brasiliense, 1973 e Castro, Antônio Barros de. *7 ensaios sobre economia brasileira*. 2v. Rio de Janeiro: Forense, 1971. A discussão que perpassa este parágrafo é desenvolvida por Versiani e Vergolino. *Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX*. Série Textos para Discussão Texto n. 252, Brasília, Outubro de 2002.

<sup>48</sup> Cf. Neves, E. F. Op. Cit. p. 104.

<sup>49</sup> Cf. Agostinho Marques Perdigão Malheiro, Discurso, 03/07/1877, em Brazil, Congresso, Câmara dos Deputados, Anais 2 (1877): 23; Stanley J. Stein, Op. Cit. 95.

continuou estável, mesmo durante os anos 1870<sup>50</sup>. Além disso, alguns dados concernentes aos movimentos de entrada e saída de escravos dos municípios baianos indicam que, durante o intervalo 1850-1880, a área açucareira, possivelmente, foi ganhadora líquida de escravos por meio do tráfico interno, enquanto que as zonas urbanas e as para além do recôncavo foram perdedoras<sup>51</sup>.

Afora os cativos do ‘norte’, o ‘sul’ do Império, onde os cativos atuavam em muitas frentes<sup>52</sup> e a atividade do charque estava em declínio resultante, segundo alguns autores, da doença holandesa ocasionada pela expansão cafeeira<sup>53</sup>, também contribuiu para engrossar os fluxos de escravos para o sudeste do Brasil. A partir destas localidades, foram transferidos, nomeadamente, para os portos do Rio de Janeiro e Santos e, daí, crescentemente para o oeste da província de São Paulo.

Os dados quantitativos existentes sobre o conjunto do tráfico interno pós 1850, são ambíguos. Não obstante, é consensual ser seu volume menor que o do anterior tráfico, o qual fazia, sob o “estalar de açoite, legiões de homens negros como a noite”<sup>54</sup> dançar nos tombadilhos.

Uma das estimativas disponíveis nos foi oferecida pelos estudos de Robert Slenes. Este autor, referindo-se ao tráfico interprovincial, afirmou que entre 1850 e 1880-1881, quando as províncias cafeeiras estabeleceram impostos proibitivos para importação de escravos, o sudeste recebeu um número líquido (entradas menos saídas) de cerca de 220.000 escravos provenientes de outras regiões. Cerca de 5 mil por ano entre 1850 e os primeiros anos de 1870, e aproximadamente 10 mil por ano entre 1872 e 1880. Só a polícia do porto do Rio de Janeiro registrou a entrada de mais de 60 mil escravos ao longo dos anos de apogeu do tráfico interprovincial, 1873-1881<sup>55</sup>.

### 3. Tráfico interno de escravos: Araras, 1870-1879

Em Araras, compulsamos os Livros Cartoriais relativos à compra e venda de escravos existentes. Estes são preservados pelo 1º Cartório de Notas e Protestos deste município. Aí encontramos, para a década de 1870, dois livros específicos para a comercialização de cativos, o primeiro tem início somente no “ano de nascimento do nosso Senhor Jesus Cristo de 1875, aos catorze dias do mês de maio”. Portanto, coligimos dados que perpassam o intervalo temporal: 1875-1879. Ao longo deste intervalo, levantamos 298 transações de compra e venda, divididas em 100 escrituras. Dentre estas

---

<sup>50</sup> Cf. Slenes, R. e Mello, P. Op. Cit. Págs. 98 e 99. In. Neuhaus, P. (org.) *Economia Brasileira uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. Ver também: Slenes, The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: regional economics, slave experience, and the politics of a particular Market. In Johnson, W. *The Chattel principle: internal slave trades in the Americas*. New Haven & London: Yale University Press, 2004, p. 325-370.

<sup>51</sup> Slenes, R. e Mello, P. Op. Cit. Págs. 98 e 99. In. Neuhaus, P. (org.) *Economia Brasileira uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. Ver também: Slenes, Op. Cit., 134.

<sup>52</sup> Cardoso, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>53</sup> Ver por exemplo Monasterio, L. M. A partir das proposições da Economics of Slavery e contrariando as proposições de Fernando Henrique Cardoso, Leonardo M. Monasterio argumentou que ocorreu com o charque no sul do Brasil foi reflexo da Dutch Disease. Nesse conhecido processo, o boom de um setor exportador traz consequências perversas para outros setores da economia.

<sup>54</sup> Alves, Castro. *Espumas Flutuantes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. Cerca de 24 mil escravos foram, por ano, trazidos da África para todos os portos do Brasil, durante 1830-40.

<sup>55</sup> Slenes, *The demography...*, cap. III. Apêndice A.

transações, 185 registraram a comercialização de escravos jovens, ou seja, com idade entre 15 e 29 anos.

Quando lemos as escrituras que compõem os livros destinados à compra e venda de escravos em Araras, durante os 5 anos que temos em vista, além de encontrarmos o lançamento de uma procuração<sup>56</sup> – que possibilitou ao outorgado realizar a compra, imediatamente subsequente, de uma escrava –, e a doação da cativa Joana, cozinheira, de 40 e poucos anos<sup>57</sup>, deparamo-nos também com um códice que consignava a venda de parte de um escravo. Aos 16 de setembro de 1877, Messias Franco Alves, residente na Villa de Nossa Senhora do Patrocínio das Araras, alienou a parte que possuía no escravo Felix, fulo, solteiro, com boa aptidão para o serviço da lavoura e matriculado na coletoria da cidade de Limeira. Assim o documento assentou a transação:

o vendedor vende, como de fato tem vendido ao comprador, Antonio Chrispim Alves, pelo preço de seiscentos mil reis que o comprador recebe em dinheiro corrente e da quitação e traspassa na pessoa do mesmo toda posse, domínio e senhorial que conjuntamente com o mesmo comprador tinha em dito escravo, ficando somente de sua propriedade de hoje para sempre<sup>58</sup>.

Além destes aspectos, talvez, a característica mais manifesta seja a recorrente disparidade entre o número de homens e mulheres cujas vendas foram registradas no município em apreço. Quando organizamos os dados para acessarmos o número de escravos transacionados segundo sexo e ano de registro da escritura, tal como no gráfico a seguir, notamos os anos em que esta diferença foi mais marcante: 1877 e 1879. Para o primeiro ano referido, encontramos o registro de 4,4 homens por mulher. Com relação ao último ano do nosso recorte temporal, a razão de sexo foi de 2,7:1.

Observamos também as vendas mais volumosas nos anos 1876 e 1879, quando, respectivamente, 91 e 71 escravos foram negociados. Das quase 300 vendas registradas, pouco menos de 80% abarcaram mais de um escravo.<sup>59</sup> 17 escrituras registram a venda de 5 a 10 escravos, 5 evidenciam os negócios envolvendo mais de 10 escravos e várias outras compreenderam mais de um escravo – a média das vendas foi de 2,98 escravos por escritura.

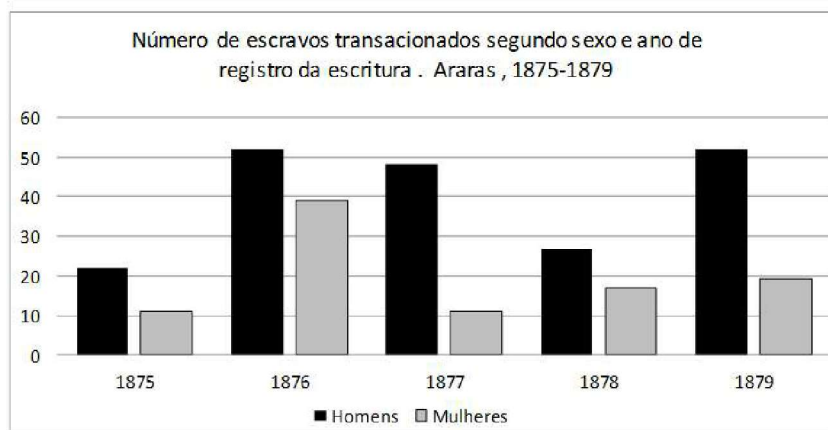
---

<sup>56</sup> Escrituras de Compra e Venda de Escravos, preservadas pelo 1º Cartório de Notas e Protestos de Araras. Livro I. Pág. 44.

<sup>57</sup> Escrituras de Compra e Venda de Escravos, preservadas pelo 1º Cartório de Notas e Protestos de Araras. Livro I. Pág. 69v.

<sup>58</sup> Escrituras de Compra e Venda de Escravos, preservadas pelo 1º Cartório de Notas e Protestos de Araras. Livro I. Pág. 61.

<sup>59</sup> 17 escrituras registraram a venda de 5 a 10 escravos, 5 registraram os negócios envolvendo mais de 10 escravos e várias outras vendas envolveram mais de um escravo. Os dois negócios mais robustos realizados em Araras, entre 1875-1879, envolveram a compra-venda de 16 e 14 escravos. A primeira foi realizada em março de 1878 e a segunda em dezembro de 1877. Cf. escrituras de Compra e Venda de Escravos, preservadas pelo 1º Cartório de Notas e Protestos de Araras. Livros I e II.



Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º Cartório de Notas de Araras. Coleta e compilação dos dados próprias.

Os dois negócios mais alentados realizados em Araras, entre 1875-1879, envolveram a comercialização de 14 e 16 escravos. A primeira foi realizada no “ano de nascimento do Nosso senhor Jesus Christo de mil oito centos e setenta e sete, aos doze dias do mês de setembro”. Estes escravos foram comerciados por 2:000\$000 cada. Eram todos homens, solteiros, com idade entre 14 e 30 anos. O documento que formalizou esta venda, não mencionou o local de residência do vendedor, contudo, o ajuste provavelmente ocorreu no âmbito do tráfico interprovincial, pois todos os escravos foram matriculados em províncias do “norte” do império, com exceção de um, registrado no RJ. Já a venda acertada em março de 1878 compreendeu 11 homens e 5 mulheres, cada um alienado por 1:585\$714. A idade dos escravos variou, majoritariamente, entre 13 e 21 anos e a das escravas, entre 14 e 25 anos. Todos estes cativos foram negociados entre o Rio Grande do Sul e Araras, eram solteiros e sem nenhuma destreza específica explicitada. Esta transação, vale notar, registrou para a segunda metade da década dos 1870, o maior deslocamento legal de cativos do sul do país para Araras. Além dela houve apenas mais três transações, duas envolvendo dois escravos e uma venda individual<sup>60</sup>.

Quando nos detivemos nas duas negociações mais volumosas que acabamos de mencionar, ficaram patentes os possíveis equívocos resultantes destes documentos não mencionarem o preço de cada indivíduo, mas sim o preço do conjunto dos escravos vendidos não permitindo indicarmos com precisão, o preço nominal médio das pessoas traficadas em função das suas idades, aptidões etc. Por conseguinte, na maioria das ocasiões, quando alienados em conjunto, na média, os cativos das mais distantes idades e habilidades aparecem com o mesmo preço. Destarte, a escritura da segunda venda indicada acima após mencionar a cor, o nome, a idade, que tinham boa aptidão para o trabalho e o local de matrícula dos escravos, assentou que: os vendedores presentes e os procuradores dos ausentes disseram que com relação aos

<sup>60</sup> Cf. escrituras de Compra e Venda de Escravos, preservadas pelo 1º Cartório de Notas e Protestos de Araras. Livro I. Pág. 59v.

“escravos acima descritos cede-los, como de fato cedidos tem (...) ao comprador José de Lacerda Guimarães pelo preço de vinte dois contos e duzentos mil reis, que deverão ser recolhidos do comprador em dinheiro corrente, pelo que dão quitação, cedendo-lhe e passando-lhe todo o domínio e senhorio que em ditos escravos tinham para que ele, comprador, possa gozar dos seus serviços como seus que ficam sendo de hoje para sempre”<sup>61</sup>.

A seguir, apontamos o número de escravos adultos jovens (entre 15 e 19 anos) negociados em Araras, entre 1875-79 e a dinâmica do preço nominal médio deste grupo.

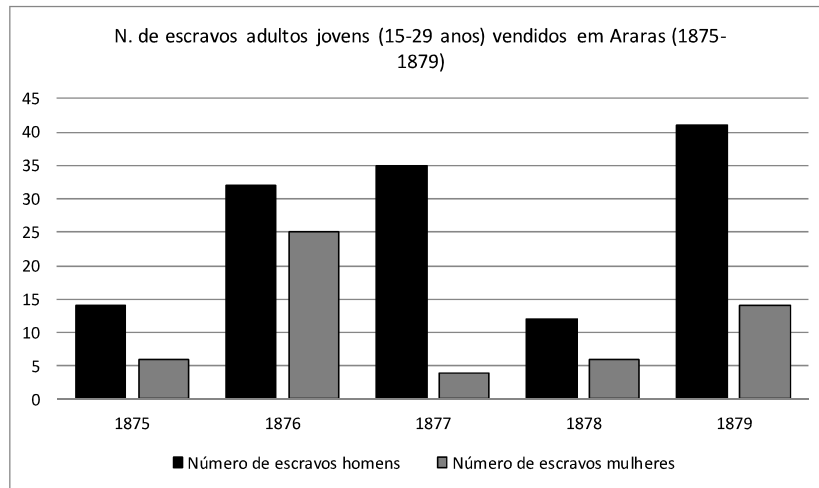
Estes gráficos nos consentem visualizar que o movimento do preço médio nominal dos homens, de 15 a 29 anos, ocorreu sempre acima da variação do preço das mulheres e, mormente, dentro do intervalo 2:200\$000 – 1:800\$000. Esta diferença, diga-se de passagem, pode ser atribuída à maior força física do homem. Em virtude da suposta maior possibilidade de trabalho do homem, ele foi tradicionalmente preferido para a lida diária nos principais centros de produção que empregavam planteis numerosos de escravos. Por conseguinte, o escravo foi mais valorizado no mercado, tendo a escrava um menor preço, mais facilmente pago tanto num ato de compra e venda quanto numa alforria onerosa. Tal como propoz Mattoso, “desde o início da instalação do sistema servil, a mulher era considerada menos produtiva e com menor resistência física, o que com o seu envelhecimento, devia constituir um inconveniente ainda maior”<sup>62</sup>.

Encontramos, ao longo do período em questão, a maior distância, entre o preço de ambos os sexos, em 1875, quando o preço das mulheres foi de 1:132\$000 e dos homens 2:243\$878. Em contrapartida, encontramos a maior proximidade de preços em 1878, quando a diferença entre os sexos foi de pouco menos de 300 mil réis.

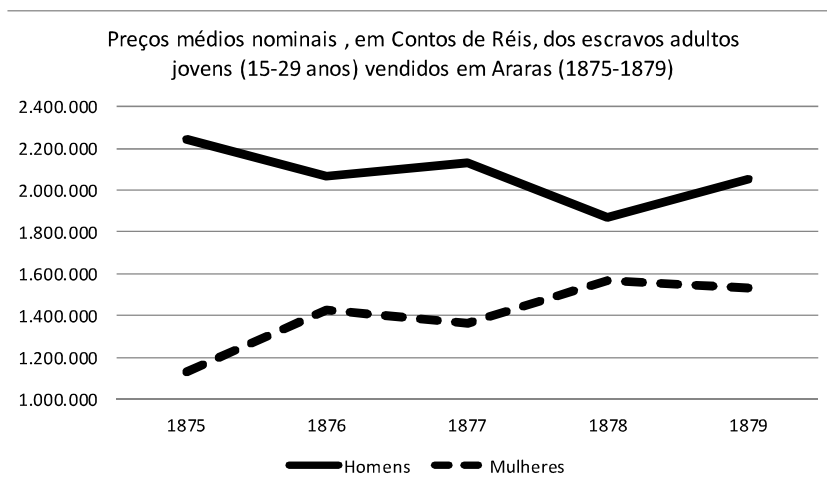
---

<sup>61</sup> Cf. escrituras de Compra e Venda de Escravos, preservadas pelo 1º Cartório de Notas e Protestos de Araras. Livro I. Pág. 65.

<sup>62</sup> Mattoso, Katia, M. A propósito de cartas de alforria. *Anais de história*. IV: 23 – 52, 1972.



Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º Cartório de Notas de Araras. Coleta e compilação dos dados próprias.



Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º Cartório de Notas de Araras. Coleta e compilação dos dados próprias.

Podemos exemplificar, brevemente, as vendas que obtiveram os maiores preços, por meio dos exemplos a seguir. No primeiro ano em questão, o maior preço alcançado por uma venda foi de 2:500\$000. Este preço diz respeito à venda do escravo João, negociado individualmente, em 13/10/1875, por meio do tráfico interprovincial (Maranhão-Araras). João, originário do Piauí, era pardo, solteiro e tinha 18 anos. A escritura que registrou esta transação não apontou nenhuma habilidade especial deste escravo. Já as escravas que atingiram os preços mais elevados foram Antonia e Marcolina, ambas vendidas individualmente, em maio de 1875, por 1:800\$000, a primeira (parda, solteira, 18 anos, sem habilidades mencionadas) por intermédio do tráfico intraprovincial (Rio Claro-Araras) e a segunda (preta, solteira, cozinheira, 27 anos), por meio do local<sup>63</sup>. Com relação a 1878, ano cujos preços foram mais próximos, os homens atingiram seu maior preço em uma venda envolvendo três escravos no comércio interprovincial (Bahia-Araras), todos

<sup>63</sup> Cf. escrituras de Compra e Venda de Escravos, preservadas pelo 1º Cartório de Notas e Protestos de Araras. Livro I. Pág. 6.



pretos, homens, solteiros, com idades de 18, 20 e 30 anos, sem aptidões aludidas, vendidos cada um por 2:300\$000. Joana foi a escrava mais cara, vendida por 1:970\$000. Tinha 40 anos, era de cor preta, cozinheira e solteira<sup>64</sup>.

Por seu turno, em relação à cor, apuramos que o preço dos escravos não variou de forma significativa, tal como podemos apreender por meio da tabela abaixo. Observamos a maior diferença – deixando de lado a discrepância existente entre as ‘pretas’ e as ‘mulatas’, pois o preço destas últimas (dois casos), por algum motivo que desconhecemos, foi muito baixo – entre os pardos e os fulas. O preço dos primeiros correspondia a 88,3% do preço dos segundos.

Todavia, é importante termos em vista a falta de consenso acerca da definição da cor da pele dos escravos. Por exemplo, segundo Bernardino José de Souza, ‘Cabra’ é termo de uso corrente no norte do Brasil, designativo do mestiço de negro e mulato. Já V. Chermont diz tratar-se de mestiço de branco e negro, portanto, ‘cabra’ seria o mulato. Rodolfo Teófilo, por sua vez, afirma que o ‘cabra’ resulta do cruzamento de índio e africano e, cujo produto é inferior aos seus ramos de origem. E acrescenta: o ‘cabra’ “é pior do que o caboclo e o negro. É geralmente um indivíduo forte, de maus instintos, petulante, sanguinário, muito diferente do mulato por lhe faltarem as maneiras e a inteligência deste. É tão conhecida a índole perversa do ‘cabra’ que o povo diz: ‘não há doce ruim nem cabra bom’”. Ao ‘cabra’ não raro se chama também de pardo, fula ou fulo, bode e cabrito, todos mestiços e tratados, reiteradamente, por parte da bibliografia como inferiores. Finalmente, mais uma vez de acordo com Bernardino José de Souza, é certo que o termo cabra surgiu, em última instância, de uma tática de divisionismo ético para fragmentar a população negra conforme as diferenças cromáticas e sociais. Um dos resultados dessa política foi o afastamento dos mulatos da luta dos negros. Os primeiros, por exemplo, criaram, no Rio de Janeiro, uma imprensa mulata que reivindicava apenas os seus interesses<sup>65</sup>. Destarte, em virtude da falta de concordância existente, podemos ter comparado indivíduos que na verdade possuíam a mesma cor da pele e, assim sendo, a diferença observada em seus preços não tem relação com esta característica, que pautavam, muitas vezes, diversos predicados atribuídos aos escravos pelos proprietários e escritores antiquados.

---

<sup>64</sup> Cf. escrituras de Compra e Venda de Escravos, preservadas pelo 1º Cartório de Notas e Protestos de Araras. Livros I. Pág. 64 e 69v.

<sup>65</sup> Os comentários que perpassam a parte inicial deste parágrafo são decorrentes de: Moura, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004. Pág. 75. Ver também: Souza, Bernardino José. *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1961.

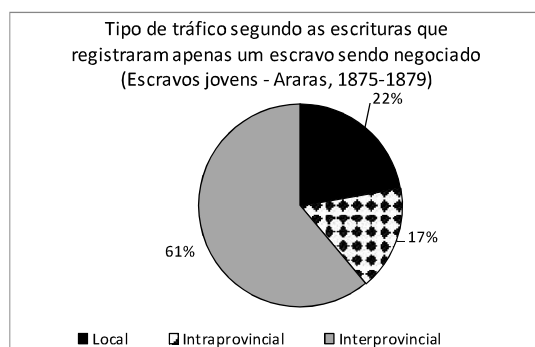
**Preços médios nominais dos escravos, de 15 a 29 anos, de acordo com a cor da pele indicada na Escritura - Araras (1875-1879)**

Cor	Homens		Mulheres	
	Número de escravos	Preço médio	Número de escravos	Preço médio
Preto(a)	111	1.988.415	56	1.348.322
Pardo(a)	58	1.985.544	31	1.401.202
Cabra	9	2.045.000	2	1.725.000
Mulato(a)	-	-	2	600.000
Fula	2	2.250.000	-	-
Cafuso	2	2.212.500	-	-

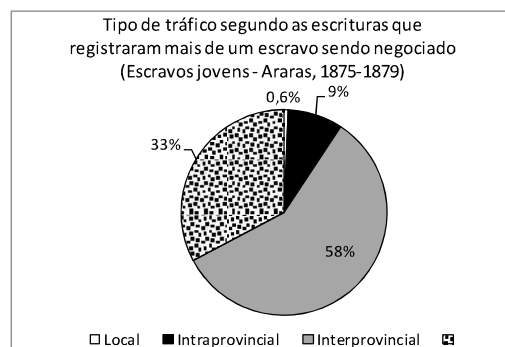
Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º Cartório de Notas de Araras. Coleta e compilação dos dados próprias.

Nos dois gráficos abaixo, arranjamos os dados para vislumbrarmos a porcentagem de escravos jovens negociados, em grupo ou individualmente, por meio das três modalidades de tráfico.

Dos 185 escravos jovens comerciados, ao longo dos anos em apreço, identificamos a modalidade do tráfico (local, intraprovincial e interprovincial) para 127. Partindo desta constatação, ao agregarmos os registros comerciais que envolveram vendas individuais ou em grupo com a modalidade de comércio interno de cativos, desponta a preeminência do tráfico interprovincial entre os escravos jovens mercadejados em grupo (86%) e, também, entre aqueles vendidos individualmente (61%). Estes dados, dentre outras coisas, corroboram as proposições que afirmam que o tráfico interprovincial, ao longo da segunda metade dos anos 1870, foi intenso, principalmente na sua vertente nordeste-oeste paulista. Voltaremos a abordar este aspecto à frente.



Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º Cartório de Notas de Araras. Coleta e compilação dos dados próprias.



Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º Cartório de Notas de Araras. Coleta e compilação dos dados próprias.

Dispusemos na tabela seguinte, o arranjo dos cativos jovens vendidos em Araras segundo sexo, origem e tipo de tráfico. Para os casos que apreendemos a modalidade de comércio, observamos, tal como já notamos, larga preponderância (80,3%) dos escravos decorrentes de outras províncias do Império. Por sua vez, 14,4% foram comerciados por meio do tráfico intraprovincial e apenas 5,3%, por intermédio do comércio local.

Quando nos deparamos com os dados expostos a seguir, fica patente a preponderância dos escravos homens mercadejados no âmbito do tráfico intraprovincial e, sobretudo, interprovincial. No bojo daquele mercado, encontramos 2,2 homens para cada mulher e neste, 2,7 escravos para

cada escarva. Por seu turno, a razão de sexo entre as pessoas agenciadas no domínio do mercado local, a despeito do baixo número de observações, foi de 6 mulheres por homem.

Consoante à origem dos escravos comercializados, diferentemente da década de 1860, quando os escravos “de nação” ainda totalizavam, em Rio Claro, 10,2% do conjunto das pessoas traficadas; em Araras, de 1875-79, não houve registro de indivíduos originários das diferentes partes da África. Este fato pode ser explicado, pela provável quase inexistência de africanos, os chamados escravos “de nação”, dada a maior distância do fim do tráfico de escravos transatlântico (setembro de 1850) e a camuflagem dos trabalhadores contrabandeados.

**Escravos jovens (15 - 29 anos) negociados segundo sexo, origem e tipo de tráfico - Araras (1875-1879)**

Tráfico	Sexo	Crioulos **	Sem identificação de origem	Total
Local	Homens	0	1	1
	Mulheres	3	3	6
	Razão de sexo***	-	0,3	0,17
	<b>Total (H + M)</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>7</b>
Intraprovíncia	Homens	3	10	13
	Mulheres	0	6	6
	Razão de sexo	-	1,7	2,2
	<b>Total (H + M)</b>	<b>3</b>	<b>16</b>	<b>19</b>
Interprovíncia	Homens	59	18	77
	Mulheres	19	10	29
	Razão de sexo	3,1	1,8	2,7
	<b>Total (H + M)</b>	<b>78</b>	<b>28</b>	<b>106</b>

\* De origem africana.

\*\* Nascidos nas Américas/Brasil.

\*\*\* Número de homens por mulher.

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º Cartório de Notas de Araras. Coleta e compilação dos dados próprias

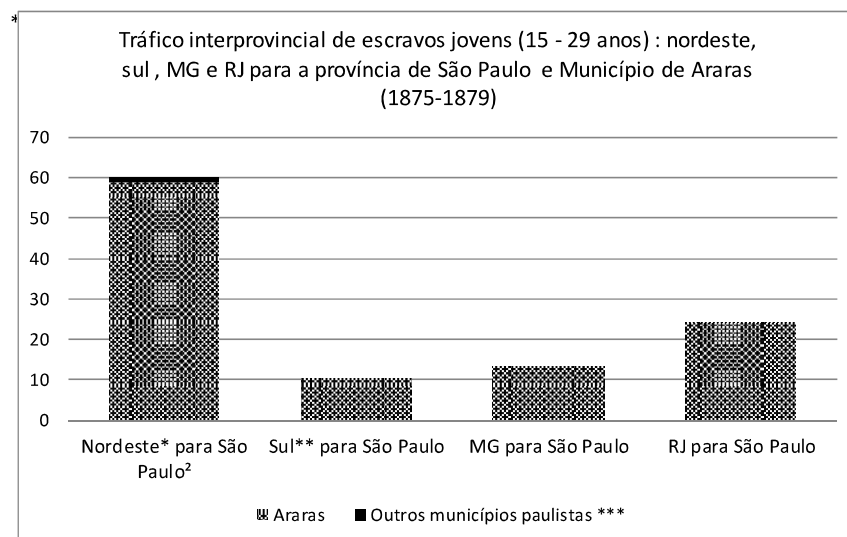
Na tabela abaixo, organizamos os dados concernentes aos escravos que entraram ou saíram de Araras, de acordo com modalidade do tráfico e o sexo. Ao fazermos isso, conseguimos identificar o movimento de 130 pessoas, o que corresponde a pouco mais de 70% dos cativos jovens presentes nas escrituras analisadas, entre 1875-79. Com o panorama formado por estes dados, apuramos extenso predomínio das entradas em relação às saídas nos dois movimentos observados. Estas entradas foram constituídas, mormente, por escravos homens por intermédio do comércio interprovíncia.

**Entradas e saídas de escravos jovens (15 - 29 anos) de Araras segundo sexo (1875-1879)**

Tráfico	Sexo	Entradas	Saídas	Total
Intraprovincial	Homens	19	0	19
	Mulheres	6	0	6
	<b>Total (H + M)</b>	25	0	25
Interprovincial	Homens	76	0	76
	Mulheres	29	0	29
	<b>Total (H + M)</b>	105	0	105

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º Cartório de Notas de Araras. Coleta e compilação dos dados próprios.

No que diz respeito às escrituras registradas no município que ora analisamos, a região nordeste e a Província do Rio de Janeiro, foram as principais fornecedoras de trabalhadores para o eito cafeeiro paulista e em, particular araraense – tal como explicita o gráfico abaixo. Na vertente nordeste, a Bahia foi a principal provedora de braços, contribuindo sozinha com 55% dos cativos enviados desta região para São Paulo. Dos escravos que ‘desceram’ da Bahia (30% de todos enviados para a província paulista), 46% eram mulheres, o que diferencia as vendas desta província das realizadas pelas duas outras principais fornecedoras de trabalhadores cativos, para Araras, no período considerado: Maranhão e Piauí. Estas enviaram um conjunto menor de mulheres em relação ao número de homens.



\* Bahia, Maranhão, Pernambuco, Ceará e Piauí

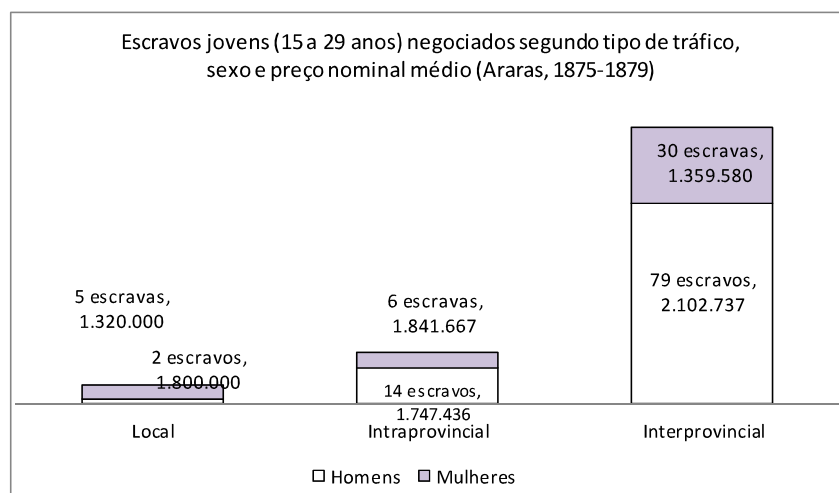
\*\* Rio Grande do Sul

\*\*\* Nestes casos: Campinas

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º Cartório de Notas de Araras. Coleta e compilação dos dados próprios.

Finalmente, cabe consideramos a relação existente entre modalidade do tráfico interno escravos jovens, o sexo e o preço médio nominal. Ao fazermos isso, e se extrapolarmos rapidamente o recorte etário que propusemos para este trabalho, notaremos algumas características importantes,

quais sejam: (i) O grupo de escravos da fração etária de 15 a 29 anos é majoritário nas três modalidades de comércio interno de escravos. Os cativos desta faixa etária representaram 65,3% das pessoas traficadas entre províncias, 57,6% dos escravos vendidos entre diferentes cidades da província de São Paulo e 50% dos indivíduos negociados localmente. (ii) Mais uma vez percebemos a existência de significativa desigualdade nos diferentes tipos de comércio interno, entre o número de homens e mulheres. Assim sendo, enquanto a razão de sexo, entre os escravos de 15 a 29 anos, para a comercialização local era de 2,5 mulheres para cada homem, para o intraprovincial era de 2,6 escravos para cada cativa. Além disso, indentificamos a maior diferença de preços no âmbito do comércio interprovincial. Aí constatamos que entre os escravos de 15 a 29 anos, as mulheres eram compradas por 64,6% do preço do escravo homem. Outrossim, apreendemos também que os homens traficados por meio do comércio humano interprovincial possuíam preços superiores aos dos cativos vendidos através dos outros dois caminhos e as mulheres comercializadas no âmbito do mercado intraprovincial alcançaram o maior preço.



Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º Cartório de Notas de Araras. Coleta e compilação dos dados próprias.

#### 4. Considerações finais

Este texto discutiu aspectos relativos ao comércio interno de escravos. Especificamente, foram elaboradas algumas conjecturas concernentes ao tráfico de escravos jovens (de 15 a 29 anos) registrado em Araras, um dos importantes municípios da região da Baixada Paulista. A discussão foi pautada por meio da análise das Escrituras preservadas pelo 1º Cartório de Notas e Protestos de Araras, que registram a compra e a venda de escravos ao longo da década de 1870. Estas escrituras, não perpassam a totalidade da década mencionada. Encontramos registros somente a partir de

meados do mês de maio de 1875 em diante. De 1875 a 1879, levantamos 298 transações, divididas em 100 escrituras. Dentre estes negócios, 185 registraram a comercialização de escravos jovens. Quando analisamos estas fontes primárias manuscritas, encontramos algumas características marcantes, quais sejam: (i) O grupo de escravos da fração etária de 15 a 29 anos é majoritário nas três modalidades de comércio interno de escravos (local, intraprovincial e interprovincial); (ii) O preço nominal médio dos homens, de 15 a 29 anos, ficou sempre acima da variação do preço das mulheres da mesma faixa etária, mormente no bojo das vendas interprovinciais; (iii) O preço dos escravos não variou de forma significativa em função da cor da pele indicada nas escrituras; (iv) Houve preeminência do comércio interprovincial entre os escravos jovens mercadejados em grupo e, também, entre aqueles vendidos individualmente; (v) Para os casos que alcançamos aferir a modalidade de tráfico interno, notamos grande preponderância dos escravos, principalmente homens, decorrentes de outras províncias do Império; (vi) Com relação à origem dos escravos transacionados, não houve registro de indivíduos “de nação”, ou seja, originários das diferentes partes da África; (vii) Percebemos extenso predomínio das entradas no município em apreço, em relação às saídas no âmbito dos dois movimentos observados (interprovincial e intraprovincial); (viii) A região nordeste e a Província do Rio de Janeiro, foram as principais fornecedoras de trabalhadores para o eito cafeeiro paulista e araraense. Na vertente nordeste, a Bahia aparece com destaque, fornecendo um terço dos cativos enviados para São Paulo.